
Teorias interacionistas e fenomenológicas da violência com aplicações à pesquisa histórica

*Karl Monsma**

Resumo: O artigo descreve duas abordagens sociológicas subjetivistas, o interacionismo e a fenomenologia, e suas aplicações para a pesquisa sobre a violência, com comentários e exemplos a respeito de possíveis usos dessas abordagens na pesquisa histórica. Ao passo que outras abordagens – inclusive os estudos inspirados por Foucault e Elias, que predominam no Brasil – mantêm certa distância da vida dos atores violentos. O interacionismo e a fenomenologia permitem a compreensão das trajetórias, identidades e experiências de indivíduos e pequenos grupos. A principal contribuição do interacionismo ao estudo da violência é sua teoria do “desvio”, que trata da emergência do “desviante” como um processo de mudança de identidade, envolvendo a reação dos outros, sobretudo as autoridades, a certos atos, considerados anormais, e a formação de comunidades de praticantes desses atos. A fenomenologia estuda a negociação de definições da realidade em situações conducentes à violência e a experiência subjetiva dos atores violentos.

Palavras-chave: violência, interacionismo, fenomenologia.

Abstract: The article describes two subjectivist sociological perspectives, interactionism and phenomenology, and their applications to research on violence, with commentary and examples regarding possible uses of these perspectives in historical research. Whereas other approaches – including the studies inspired by Foucault and Elis, that predominate in Brazil – maintain some distance from the lives of violent actors, interactionism and phenomenology allow the comprehension of the trajectories, identities and experiences of individuals and small groups. The main contribution of interactionism to the study of violence is its theory of “deviance”, which concerns the emergence of the “deviant” as a process of identity change, involving the reaction of others, especially authorities, to certain acts, considered abnormal, and the formation of communities of those who practice these acts. Phenomenology studies the negotiation of definitions of reality in situations conducive to violence and the subjective experience of violent actors.

Key words: violence, interactionism, phenomenology.

* Trabalho apresentado originalmente na mesa-redonda “As ciências humanas e a violência: abordagens, perspectivas e debates”.

** Professor Titular no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos).

Introdução

Muitos estudos sociológicos sobre a violência, sobretudo nos EUA, tomam uma forma quantitativa, tentando relacionar várias características dos indivíduos – como classe social, idade, gênero, raça, estrutura familiar, local de moradia – com a probabilidade de eles cometerem atos definidos como violentos. Outra variedade desse método correlacional analisa as variações temporais nas taxas de diferentes tipos de crime ocorridos em coletividades ou unidades geográficas, relacionando-as com as flutuações e tendências em vários índices e taxas referentes à mesma coletividade ou unidade, tais como taxas de desemprego e conflito social, e indicadores da composição da população, de desigualdade e de repressão política. Ainda outra forma da pesquisa quantitativa relaciona as taxas de criminalidade em unidades geográficas, como, por exemplo, bairros com as características dessas unidades.

Muitos estudos se concentram simplesmente em identificar os tipos de indivíduo ou os espaços mais tendentes à violência, produzindo conclusões úteis para as políticas públicas – por exemplo, a constatação de que a instalação de mais iluminação pública diminui a frequência de assaltos – mas de relevância limitada para o conhecimento teórico sobre a violência. Outros estudos, sobretudo os que se concentram em indivíduos, tentam testar variedades da afirmação funcionalista de que tensões na sociedade, sobretudo a discrepância entre os valores coletivos e a falta de meios para realizar esses valores, em alguns grupos, causam violência. (HAGAN, 1994, p. 31-38). Outra tensão, ou disfunção, freqüentemente identificadas são as supostas falhas na socialização, resultantes do grande número de mães solteiras em certos grupos e a conseqüente falta do envolvimento dos pais na educação de seus filhos, sobretudo os filhos homens. Ainda outras pesquisas se dedicam a testar teorias, de ascendência essencialmente marxista, afirmando que boa parte das ilegalidades resulta da tendência das elites de definirem como crimes as atividades de lazer das classes populares ou até as atividades econômicas necessárias para sua sobrevivência. (CHAMBLISS, 1981; CHAMBLISS; ZATZ, 1993; HAGAN, 1994, p. 50-54).

No Brasil, também existem estudos quantitativos, sobretudo os orientados para as políticas públicas, mas boa parte do pensamento sociológico sobre a violência é dominado por duas figuras européias, Michel Foucault e Norbert Elias. As pesquisas inspiradas por Foucault se concentram principalmente nas práticas e nos discursos do Estado e

dos grupos profissionais que focalizam os “desviantes”. (ALVAREZ, 2003; CARRARA, 1998; SALLA, 1999). Ou seja, estudam a violência, no sentido amplo, do Estado e das elites, incluindo sobretudo a capacidade de definir, categorizar, isolar e corrigir os vários “tipos criminosos”.

As pesquisas orientadas pelas idéias de Elias se concentram mais no comportamento violento de indivíduos. Esses estudos enfatizam principalmente os empecilhos, no caso brasileiro, à plena realização do processo civilizador delineado por Elias – a pacificação das relações sociais e interpessoais mediante a monopolização dos meios da violência pelo Estado e a internalização do controle dos impulsos pelos indivíduos. (ELIAS, 1994). No Brasil, a violência privada dos poderosos nunca foi eliminada pelo Estado, e o “código do sertão”, que legitima a vingança privada por ofensas, continua a imperar em algumas camadas sociais. Para Elias, o processo civilizador não é unidirecional – o que fica particularmente evidente na sua análise da emergência de uma cultura que glorificava a violência entre a classe média alemã da segunda metade do século XIX (ELIAS, 1996) – e os pesquisadores brasileiros identificam indícios de uma reversão parcial do processo. Se a violência privada dos fazendeiros é bem menos comum do que era há cem anos, o armamento e o controle do território pelo crime organizado urbano aumentaram. Em nível individual, há uma preocupação com a diminuição do autocontrole, sobretudo entre os adolescentes e jovens. (ZALUAR, 1999).

Tanto os estudos quantitativos da violência quanto os inspirados por Foucault ou Elias se afastam da vida cotidiana dos indivíduos envolvidos em atos de violência e da sua experiência subjetiva. As pesquisas quantitativas são incapazes de explicar por que, entre as pessoas com as mesmas características, e ocupando a mesma posição estrutural, algumas cometam atos violentos e outras não. Nas abordagens estatísticas, essa variação “residual”, quando não-pensada como simplesmente aleatória, é tratada como conseqüência de outras variáveis não aferidas. Ou seja, se o pesquisador tivesse informações sobre outras características pertinentes aos indivíduos e a seus contextos, seria possível reduzir a variação “não-explicada” a zero. Implicitamente, esses estudos tratam as pessoas como bolas de bilhar, que se movem em função de forças externas, cujo resultado é mediado pelas características da bola – massa, tamanho, etc. Os atores não sentem, pensam ou fazem nada que não seja reflexo direto das variáveis independentes.

De forma semelhante, os estudos foucaultianos que focalizam exclusivamente os discursos e as práticas do poder, sem abordar processos de interação entre autoridades e subalternos, não conseguem explicar por que, entre pessoas da mesma posição estrutural, algumas são classificadas como “marginais” ou “criminosas”, ao passo que outras são consideradas “normais”. As mudanças gerais no *habitus* de grupos ou de populações inteiras, enfatizadas por Elias, tampouco permitem a compreensão de trajetórias individuais.

Precisamos de abordagens mais próximas da vida cotidiana, da subjetividade e das identidades individuais para complementar os estudos de estruturas como discursos ou o Estado, de práticas institucionalizadas de classificação, controle e normalização e de tendências culturais. Tais abordagens devem nos ajudar a entender como as estruturas sociais e simbólicas se manifestam na vida dos indivíduos, e como os atores percebem, sentem e interpretam as tendências culturais dominantes e as práticas classificatórias e disciplinares das instituições.

Interacionismo e fenomenologia

Aqui se discutem duas abordagens subjetivistas parcialmente relacionadas, ou pelo menos compatíveis, o interacionismo e a fenomenologia. As raízes filosóficas do interacionismo estão no pragmatismo norte-americano de Charles Peirce, William James e John Dewey, mas a influência central é de outro pragmatista, o filósofo e sociólogo George Herbert Mead, que argumentou que o eu e a mente consciente só emergem da interação social e da comunicação simbólica, que resultam na capacidade de tomar o ponto de vista dos outros a respeito de nós mesmos. (JENKINS, 2004; MEAD, 1934). Ou seja, a identidade e a consciência individuais são produtos sociais. Como Mead lecionou por muitos anos na Universidade de Chicago, o interacionismo, ou interacionismo simbólico, é muito associado ao grupo sociológico conhecido como a Escola de Chicago.

O interacionismo focaliza as propriedades emergentes da interação, e como essa influencia as percepções e identidades individuais. Ou seja, há uma ênfase inerente em *processos* que é compatível com a pesquisa histórica, sobretudo a microistória, que também tende a focalizar as trajetórias de indivíduos e pequenos grupos.

A fenomenologia sociológica se originou com o trabalho de Alfred Schutz, austríaco emigrado aos EUA antes da Segunda Guerra Mundial, que tentou usar a fenomenologia de Edmund Husserl para refundamentar a sociologia compreensiva de Max Weber em bases mais sólidas. Essa forma de sociologia foi amplamente divulgada no livro *A construção social da realidade*, de Peter Berger e Thomas Luckmann, que apresenta de forma mais acessível as idéias centrais de *The phenomenology of the social world*, de Schutz. (BERGER; LUCKMANN, 1966; SCHUTZ, 1967). Outro desdobramento da fenomenologia é a etnometodologia de Harold Garfinkel (1967). Os fenomenologistas tentam ver do ponto de vista do ator, estudando como as pessoas conferem sentido ao mundo social e mantêm significados partilhados. Nessa abordagem, as pessoas entendem o mundo e os outros mediante esquemas de tipificação, que são essencialmente princípios de categorização dos fenômenos e das situações. Mesmo tendo um “fundo de conhecimento” comum, os atores precisam negociar constantemente a definição da realidade social porque quase sempre existe algum grau de incerteza sobre qual tipificação é aplicável em situações específicas.

Não está óbvio como empregar essa abordagem na pesquisa histórica convencional, tendo em vista as limitações das fontes, mas existem boas possibilidades na história oral. Algumas fontes escritas, tais como diários e cartas pessoais, também fornecem evidências úteis sobre a subjetividade e a negociação intersubjetiva da realidade.

Há vários pontos de convergência entre essas duas escolas: ambas são “subjetivistas”; para ambas, a realidade social é produzida ativamente pelas pessoas em colaboração com os outros; ambas tecem duras críticas à sociologia positivista por tratar as pessoas como objetos; e ambas são criticadas por desconsiderar as estruturas.¹ É porque reconhecem o valor dessas abordagens subjetivistas, mas também suas limitações, que alguns dos teóricos sociais mais destacados das décadas recentes, sobretudo Pierre Bourdieu (1980, 2000) e Anthony Giddens (1984), se dedicaram a sintetizar o subjetivismo e o objetivismo.

A teoria interacionista do desvio

A principal contribuição interacionista ao estudo da violência é sua teoria do “desvio”, muitas vezes chamada “teoria dos rótulos”, associada sobretudo com o nome de Howard Becker, autor do livro clássico

Outsiders, de 1963. (Cf. também BECKER, 1964). Ele também foi editor, nos anos 60, da revista *Social Problems*, que virou uma espécie de revista oficial do movimento interacionista.

Becker e outros interacionistas se interessam pela definição social do desvio e pela formação interacional do desviante. Como é que alguns atos são distinguidos dos outros e definidos como desviantes? Alguns pesquisadores nessa escola investigam como certos atos não violentos foram definidos como crimes, tema que provavelmente atraiu a atenção dos interacionistas porque existe muita variação histórica e entre culturas na reação a esses atos. Nessa linha, um dos estudos mais conhecidos é a análise de Joseph Gusfield (1986) sobre as origens da Lei Seca nos Estados Unidos. Em um capítulo de *Outsiders*, Becker escreveu sobre a ilegalização da maconha. Ambos os autores enfatizam a figura e as estratégias do “empresário moral”, que faz carreira na luta pela proibição de certos atos.

Mais importante para essa escola é a emergência do desviante, processo que envolve comportamentos classificados como desviantes, a diferenciação e estigmatização dos indivíduos que exibem tais comportamentos, e mudanças nas identidades subjetivas das pessoas assim categorizadas. Para Becker, todos têm impulsos desviantes. Portanto, uma questão básica é: por que os outros, os “normais”, não agem segundo seus impulsos? Por exemplo, por que a maioria das pessoas não agride ou mata alguém quando sente raiva? Para responder, Becker usa a noção de comprometimento – o grau de compromisso do indivíduo com várias instituições e comportamentos convencionais, que incentiva o autocontrole porque um ato desviante em um contexto pode prejudicar a pessoa em várias outras esferas da vida. Um professor que dá um soco em um colega devido a discordâncias em uma reunião sofre várias conseqüências além do possível revide do colega. A universidade pode impor alguma sanção formal; os outros colegas podem parar de falar com ele; os alunos podem espalhar boatos sobre suas tendências violentas e boicotar suas disciplinas; a notícia pode causar problemas no seu casamento; em uma comunidade pequena, seus vizinhos podem evitá-lo e proibir seus filhos de brincar com os filhos dele.

Para enfatizar o processo temporal de formação dos “desviantes”, Becker introduz o conceito de carreiras de desvio. Existem várias etapas no desenvolvimento dessas carreiras. Para cometer o primeiro ato considerado desviante, o ator precisa estar em uma situação em que isso é possível e pensável – tipicamente em um grupo de outros que já

praticam esse ato. Para se justificar nos primeiros experimentos com o desvio, o indivíduo usa “técnicas de neutralização”, que tornam inoperantes os valores convencionais. Existem várias dessas técnicas. O ator pode alegar para si mesmo que não tem responsabilidade, ou não consegue controlar suas ações. (“Estou fazendo isto porque estou bêbado”, “Se eu não participar, meus amigos vão me abandonar”.) Também pode pensar que o ato não prejudicará ninguém. Pode achar que o ato é necessário para defender outros valores importantes, ou que é uma maneira de punir ou vingar-se da imoralidade de outros – uma justificativa muito comum pela violência. (BLACK, 1983). Finalmente, pode alegar que os que condenam o ato são hipócritas, que fazem a mesma coisa.

Experimentos transitórios com atos considerados desviantes são bastante comuns, mas não são suficientes para a pessoa ser considerada desviante pelos outros nem para ela se definir assim. Precisa praticar a atividade com certa regularidade. As pessoas que continuam tipicamente passam a gostar do ato ou do conjunto de atos desviantes, aprendendo a gostar dele na interação com os outros praticantes.

Para esta abordagem, uma etapa crucial na construção do desviante acontece quando o praticante de atos desviantes é descoberto e rotulado, sobretudo pelas autoridades. Isso muda a identidade pública da pessoa e o tratamento que recebe dos outros. Uma vez categorizada como “criminoso” ou “desordeira”, por exemplo, a pessoa automaticamente vira suspeita de novos crimes. “Desviante” e os vários adjetivos equivalentes na linguagem comum, como “pervertido”, “marginal”, e muitos outros rótulos mais específicos para os praticantes de atos específicos, são tratados pelos outros como categorias-mestres, com prioridade sobre as outras formas de identificação.

O rótulo tende a reforçar a atividade desviante. Muitas vezes produz a separação dos “normais” e dificulta formas de comportamento associadas como a normalidade. Por exemplo, ser preso por algum ato ilegal pode resultar na perda do emprego, com a conseqüência de que a pessoa precisa recorrer a mais atividades ilegais para ganhar a vida. A estigmatização muitas vezes leva à associação com outros da mesma categoria, o que produz uma subcultura do desvio e reforça a auto-identificação como desviante. Também permite que a pessoa aprenda técnicas e estratégias para o sucesso no desvio e para praticá-lo sem ser descoberta pelos “normais” ou pelas autoridades. O grupo desviante tende a desenvolver uma ideologia própria, ou conjunto de idéias para se justificar, o que facilita a continuação da atividade sem receios.

Nos estudos interacionistas de carreiras do desvio, novamente há certa ênfase nas condutas não violentas, como, por exemplo, fumar maconha, pichar muros, praticar atos homossexuais, ou receber dinheiro em troca de sexo. Parece que Becker e outros interacionistas acreditam que muitas carreiras de crime começam com a reação das autoridades e da sociedade em geral a atos não violentos ou a pequenos atos de violência contra a propriedade. A estigmatização resultante envereda o indivíduo, tipicamente um adolescente, para crimes mais sérios, inclusive a violência contra pessoas.

Tudo isso é útil, mas também se precisa de estudos sobre as lutas de categorização. A imposição de rótulos não é simplesmente a reação da “sociedade” contra os que não conformam, mas uma forma de dominação de alguns grupos sobre outros. Uma parte do trabalho de Becker vai nesse sentido, mas os interacionistas poderiam fazer mais para incluir o poder e a dominação no cerne das suas interpretações.

Uma quadrilha de bandidos calabreses ativa na região de São Carlos, no Oeste paulista, entre 1895 e 1898, serve para ilustrar os elementos da carreira do desvio. (MONSMA, TRUZZI; CONCEIÇÃO, 2003). Os imigrantes calabreses facilmente encontraram oportunidades para participar do banditismo, tanto na Calábria quanto no interior paulista. Na Calábria, onde a *mala vita* era comum, era relativamente fácil encontrar bandidos e participar em algum grau das suas atividades. Em São Carlos, os bandidos em potencial encontraram outros calabreses, sobretudo os com “profissões móveis”, como vendedores ambulantes e carreteiros, e donos de vendas e outros pequenos negócios, dispostos a colaborar com eles. Somente uma minoria dos imigrantes calabreses se incluía nesse grupo, mas era um número grande o suficiente para sustentar a identidade dos bandidos e constituir uma rede de apoio – fornecendo-lhes informações sobre vítimas potenciais, alojamento e comida e ajudando a vender produtos dos assaltos.

Algumas técnicas de neutralização se revelam no processo contra o bando. Vários dos integrantes pensavam nos assaltos às elites, sobretudo aos fazendeiros, como uma forma de vingança de classe, e, às vezes, sua auto-representação se aproximava à de bandidos sociais. Eles também se justificavam com referência à falta de outras oportunidades para a mobilidade social, pelo menos a mobilidade rápida e sem subserviência aos fazendeiros. Seu objetivo era enriquecer e voltar para a Itália. Depois de se envolver com o bando, é evidente que alguns aprenderam a gostar

de assaltos. Havia a emoção de burlar as regras e inspirar medo nos outros, dando uma sensação de poder e impunidade.

Quanto à rotulagem, vários deles já haviam sido descobertos e classificados como criminosos antes, porque tinham passagem pela polícia na Itália ou no Brasil. Em São Carlos, outros italianos identificavam o bando como ladrões, e eles levavam uma vida separada dos “normais”. Boa parte da sua vida social era com outros do bando, incluindo os participantes periféricos. Também exibiam certo grau de solidariedade e apoio mútuos, sobretudo com um acordo para o resgate de integrantes presos, que nunca deu certo porque a maior parte deles foi presa na mesma época, embora o delegado tenha sofrido pelo menos dois atentados depois disso, presumivelmente cometidos por simpatizantes do bando que não foram presos.

Finalmente, esses bandidos desenvolveram alguns elementos de uma ideologia justificante. Como mencionado acima, eles gostavam de se pensar e de se representar para outros calabreses, como um tipo de bandido social. Em cartas anônimas às autoridades e aos fazendeiros, eles também se identificavam como “anarquistas”, embora não evidenciassem nenhum entendimento intelectual daquela ideologia.

A fenomenologia da violência

O livro polêmico de Jack Katz, *Seductions of crime* (A sedução do crime) (KATZ, 1988) define a área da sociologia fenomenológica da violência. Para estudar a experiência subjetiva de várias formas de crime – furtos de lojas, assaltos, assassinato espontâneo e emocional, e assassinato a sangue frio – Katz usa fontes como autobiografias, histórias de vida, descrições posteriores dos eventos por réus, vítimas e testemunhas, e entrevistas com presos. Seu argumento central é que, na maioria das vezes, os principais ímpetus para a violência provêm de negociações e conflitos com vítimas sobre a definição da realidade e de impulsos emocionais decorrentes disso.

Por exemplo, os assaltos de rua geralmente não fazem sentido em termos econômicos, pelo menos nos EUA, onde Katz coletou quase todos seus dados. Os ganhos de assaltos são relativamente pequenos, e os riscos são altos. O autor apresenta evidências de que as motivações centrais da maioria dos assaltantes são, por um lado, o prazer em humilhar a vítima e, por outro, a vontade de mostrar para os pares que eles (os

assaltantes) merecem ser classificados como “homens duros” (ou valentões), que conseguem se impor no mundo. Obviamente, isso é mais importante para grupos que sofrem discriminação e humilhação com frequência, o que ajuda a explicar, segundo Katz, por que assaltos de rua nos EUA hoje são quase um monopólio dos negros, que também são as principais vítimas.

Outra razão pela predominância de negros entre assaltantes é sua exclusão de outras carreiras criminosas, mais lucrativas e menos arriscadas, que são abertas para valentões de outras raças e etnias. As “máfias” italianas nos EUA, por exemplo – e no passado gangues de judeus e irlandeses também – se ligam de forma parasítica ao mundo dos negócios. De maneira geral, tais carreiras permanecem fechadas aos valentões negros porque existem poucos empresários negros.

Outro tema importante abordado por Katz é o assassinato espontâneo, controlado pelas emoções. O assassino, segundo o autor, está em um estado de “raiva moralística”, resultante da humilhação. Ele ou, às vezes, ela, imagina que está defendendo valores humanos eternos (família, casamento, maternidade, propriedade privada, etc.), ou pelo menos está se defendendo contra a violação de tais valores no caso dele. Também sente que não há alternativa à agressão violenta como maneira de escapar da humilhação. Para poder realizar o ato, porém, é preciso que o agressor mantenha sua raiva durante todo o assassinato, desconsiderando as conseqüências. A humilhação não leva inevitavelmente à violência porque muito depende das negociações sobre a definição da situação entre o agressor e a vítima. A raiva geralmente não explode em um momento, mas vai crescendo ao longo da interação, o que permite múltiplas oportunidades para redefinir a situação de tal maneira que minimize a humilhação e permita a recuperação da respeitabilidade.

Nessa forma de assassinato, muitas vezes, a morte é uma conseqüência não intencional do ataque, que pode continuar por algum tempo depois da morte da vítima. O agressor responde ao impulso de atacar, machucar, marcar. Mas nem todo mundo responde à humilhação com violência física. Por exemplo, Katz aponta que o assassinato moralístico é muito mais comum entre as classes populares que entre a classe média e a elite, e levanta a hipótese de que as camadas mais altas têm mais maneiras de fugir da humilhação. Para entender melhor a relação entre classe social e esse tipo de homicídio – e Katz não consegue explicar isso bem – seria importante levar em conta uma observação central de Elias: o autocontrole é mais fortemente arraigado no *habitus* de alguns grupos que no de outros,

o que condiciona a resposta à humilhação. De fato, o autocontrole é tão central para as elites e a classe média em muitos países que “perder o controle”, expressando a raiva diretamente com gritos ou violência, raramente serve para recuperar a dignidade em face da humilhação, e geralmente só piora a perda de respeitabilidade.

A pesquisa histórica orientada por essa abordagem encontra problemas óbvios de falta de fontes que dizem respeito à subjetividade dos que cometem atos de violência. Para tempos mais recentes, a história oral claramente tem algo a contribuir, embora possam ser necessárias técnicas especiais para estimular as memórias de raiva ou de prazer de humilhar os outros. Também existem documentos em que a voz dos autores da violência transparece, mesmo quando distorcido pelas tentativas de se desculpar, pelo sensacionalismo dos jornalistas, pelo moralismo dos delegados e promotores ou pelo formalismo dos juízes. Quando lidos com olhar crítico, levando em conta as condições de sua produção e os pontos de vista de seus autores, autobiografias, cartas, entrevistas com jornalistas, autos penais e memórias de amigos, familiares e conhecidos podem fornecer indícios sobre os estados subjetivos de assassinos, assaltantes, bandidos e outros agressores. Os depoimentos das vítimas da violência merecem destaque aqui, porque podem fornecer informações importantes sobre a negociação da realidade entre agressores e vítimas. Como Katz mostra, por exemplo, um dos desafios para um assaltante é convencer a vítima de que realmente está sofrendo um assalto e convencê-la rapidamente.

No caso dos bandidos calabreses de São Carlos discutido acima, alguns dos depoimentos de testemunhas fornecem informações relativamente ricas sobre a experiência subjetiva dos integrantes do bando e a negociação da realidade entre eles. Um deles em particular, Michelangelo Monteleone, costumava se vangloriar das suas façanhas para outros italianos, presumivelmente calabreses. Certa vez, Michelangelo disse, segundo uma testemunha, “em São Carlos somos nós que mandamos; eu sou o chefe e devia também ser o delegado de polícia”, evidenciando que lhe dava muito prazer burlar as autoridades. Em outro momento, Michelangelo descreveu outro integrante do bando como “um companheiro seu muito valente e que já havia feito seis mortes”, o que sugere que os participantes ganhavam o respeito dos outros da quadrilha com atos de violência, sobretudo assassinatos. (MONSMA, TRUZZI; CONCEIÇÃO, 2003, p. 84, 88).

Outros autos penais de São Carlos fornecem evidências sobre a raiva decorrente da humilhação. A experiência subjetiva de humilhação pode surgir em muitas circunstâncias, inclusive quando uma pessoa que se imagina superior sofre o “desacato” de outros que não reconhecem essa superioridade. É isso que se encontra em muitos casos de violência entre imigrantes e negros no interior paulista, nas primeiras décadas após a abolição.

No início de uma noite do verão de 1906, Giovanni Marcolino caminhava de volta à fazenda onde trabalhava como colono, depois de tomar uma garrafa de vinho na aldeia de Ibaté.² No portão do povoado, encontrou um negro bêbado, que o acompanhou até a fazenda, dividindo um abacaxi com Giovanni. Chegando à fazenda,

o acusado tratou de dirigir-se a colônia de onde residia, no que foi acompanhado pelo preto, que desconfiando o acusado de ser acompanhado por um gatuno, perguntou o que elle pretendia, ao que o preto respondeu que o negocio que tinha era com elle acusado e como o mandasse embora o preto enfureceu-se e agarrou o acusado pelo pescoço e tendo receio de que fosse ofendido, sacou de um instrumento perfurante que a cinta trazia (que elles italianos chamavam de revoltella) desfechando um golpe no pescoço, prostrando-o por terra e como elle ainda continuasse com vida desfechou-lhe outros golpes até deixa-lo morto.

Giovanni disse ao subdelegado que estivera tão furioso que

naquella ocasião mataria três vezes ou quatro vezes quem apparecesse e até seu próprio pai. Disse mais que até o presente dia nunca cometera crime algum mas que agora se achava apto para cometelo, sentindo apenas ter de sofrer por matar um negro, porém apesar disto não se achava arrependido do crime que cometeu.

Giovanni se revelou surpreso com a fúria que tomara conta de suas ações; é provável que ele mesmo não entendesse bem sua reação em relação ao negro que não lhe obedeceu quando o mandou ir embora. Giovanni queria convencer as autoridades que matou o negro em função do medo de um assalto, mas sua fúria incontrolável sugere que se sentiu humilhado pelo negro que o desacatou.

Conclusão

Estas abordagens subjetivistas complementam, mas não substituem abordagens mais estruturais. Claramente é importante relacionar a violência com o grau de monopolização dos meios de violência pelo Estado, a desigualdade social, a estrutura populacional, as taxas de desemprego, as formas de disciplina dos pobres e dos trabalhadores, os discursos criminológicos, as definições culturais de honra, o grau de autocontrole internalizado na população em geral. Mas nada disso nos informa sobre os processos pelos quais indivíduos específicos viram criminosos violentos, ou a natureza de sua experiência de violência. Atentar para esses aspectos micros e subjetivos nos ajuda a entender como as estruturas sociais e simbólicas se traduzem na ação violenta de indivíduos.

As abordagens interacionistas e fenomenológicas também devem ser de interesse dos historiadores porque permitem ressituar a violência no tempo. É muito comum abordar as estruturas sincronicamente, definindo-as pela natureza das relações entre as partes de uma totalidade, ou pelos princípios ordenadores dessas relações, sem referência aos processos de formação, reprodução e transformação estruturais. A interação, por outro lado, e os processos de rotulação de desviantes e desenvolvimento de carreiras criminais, necessariamente acontecem no fluxo do tempo e são impossíveis de conceber ou analisar como conjuntos de relações estacionárias. Embora seja menos óbvio, a experiência de cometer atos de violência tampouco pode ser estudada fora do tempo, porque necessariamente acontece no fluxo temporal da subjetividade e das negociações intersubjetivas das definições da realidade. Assassinar, agredir, assaltar são acompanhados por estados emocionais extraordinários ou até transcendentais, de raiva sagrada, de êxtase, de poder ou de invulnerabilidade. Mas tais experiências são transitórias, e sua ocorrência é parte de seqüências de interação e de estados subjetivos. Ou seja, a realização dos estados subjetivos que acompanham, permitem ou estimulam a violência é um processo no tempo.

Os historiadores certamente podem contribuir para o conhecimento das taxas de violência no passado e suas correlações com mudanças econômicas, sociais e culturais. Mas também podem pesquisar mudanças históricas nas seqüências de interação que tipicamente levaram à classificação de certas pessoas como “delinqüentes”, “marginais” ou “criminosos”, as mudanças na natureza das carreiras desviantes e as mudanças na experiência subjetiva e nas definições de realidade dos atores violentos.

Notas

¹ Irving Goffman, por exemplo, geralmente considerado um interacionista, não nega a importância das estruturas, mas tenta isolar a “ordem da interação”.

² Fundação Pró-Memória de São Carlos, Processos Criminais, caixa 261, número 3679, “João” Marcolino.

Referências

ALVAREZ, Marcos César. *Bacharéis, criminologistas e juristas: saber jurídico e Nova Escola Penal no Brasil*. São Paulo: IBCCRIM, 2003.

BECKER, Howard S. (Org.). *The other side: perspectives on deviance*. New York: The Free Press, 1964.

_____. *Outsiders: studies in the sociology of deviance*. New York: The Free Press, 1963.

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. *The social construction of reality: a treatise in the sociology of knowledge*. New York: Doubleday, 1966.

BLACK, Donald. Crime as social control. *American Sociological Review*, v. 48, n. 1, p. 34-45, fev. 1983.

BOURDIEU, Pierre. *Esquisse d'une théorie de la pratique, précédé de trois études d'ethnologie kabyle*. Paris: Éditions du Seuil, 2000.

_____. *Le sens pratique*. Paris: Minuit, 1980.

CARRARA, Sérgio. *Crime e loucura: o aparecimento do manicômio judiciário na passagem do século*. Rio de Janeiro: Eduerj; São Paulo: Edusp, 1998.

CHAMBLISS, William J. The criminalization of conduct. In: ROSS, H. Laurence (Org.). *Law and deviance*. Beverly Hills: Sage Publications, 1981. p. 45-64.

CHAMBLISS, William J.; ZATZ, Marjorie S. (Org.). *Making law: the state, the law and structural contradictions*. Bloomington: Indiana University Press, 1993.

ELIAS, Norbert. *The civilizing process: the history of manners and state formation and civilization*. Oxford: Blackwell, 1994.

_____. *The Germans: power struggles and the development of habitus in the nineteenth and twentieth centuries*. New York: Columbia University Press, 1996.

GARFINKEL, Harold. *Studies in ethnomethodology*. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1967.

- GIDDENS, Anthony. *The constitution of society: outline of the theory of structuration*. Berkeley: University of California Press, 1984.
- GUSFIELD, Joseph R. *Symbolic crusade: status politics and the American temperance movement*. Urbana: University of Illinois Press, 1986.
- HAGAN, John. *Crime and disrepute*. Thousand Oaks: Pine Forge Press, 1994.
- JENKINS, Richard. *Social identity*. Londres: Routledge, 2004.
- KATZ, Jack. *Seductions of crime: moral and sensual attractions in doing evil*. New York: Basic Books, 1988.
- MEAD, George Herbert. *Mind, self and society from the standpoint of a social behaviorist*. Chicago: University of Chicago Press, 1934.
- MONSMA, Karl; TRUZZI, Oswaldo; CONCEIÇÃO, Silvano da. Solidariedade étnica, poder local e banditismo: uma quadrilha calabresa no Oeste Paulista, 1895-1898. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 18, n. 53, p. 71-96, out. 2003.
- SALLA, Fernando. *As prisões em São Paulo: 1822-1940*. São Paulo: Annablume, 1999.
- SCHUTZ, Alfred. *The phenomenology of the social world*. Evanston: Northwestern University Press, 1967.
- ZALUAR, Alba. Violência e crime. In: MICELI, Sérgio (Org.). *O que ler na ciência social brasileira Antropologia*, São Paulo: Sumaré; ANPOCS; Brasília: Capes, 1999. v. 1. p. 13-107.